



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

1. ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO

Português e Conhecimentos

INSTRUÇÕES

- VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 70 QUESTÕES.
- CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO NA CAPA DESTE CADERNO.
- LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES OBJETIVAS E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ASSINALE, NA TIRA DE RESPOSTAS DA CAPA DESTE CADERNO, A ALTERNATIVA DE SUA OPÇÃO.
- RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ASSINALE NA FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- A DURAÇÃO DA PROVA É DE 4 HORAS.
- A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA 1 HORA DO INÍCIO DA PROVA.
- O CANDIDATO QUE SE RETIRAR DA SALA QUANDO DECORRIDAS 2 HORAS DO INÍCIO DA PROVA PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES.

AGUARDE A ORDEM PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

VERSÃO

1

RESPOSTAS

| | | | |
|----|--|----|--|
| 01 | | 36 | |
| 02 | | 37 | |
| 03 | | 38 | |
| 04 | | 39 | |
| 05 | | 40 | |
| 06 | | 41 | |
| 07 | | 42 | |
| 08 | | 43 | |
| 09 | | 44 | |
| 10 | | 45 | |
| 11 | | 46 | |
| 12 | | 47 | |
| 13 | | 48 | |
| 14 | | 49 | |
| 15 | | 50 | |
| 16 | | 51 | |
| 17 | | 52 | |
| 18 | | 53 | |
| 19 | | 54 | |
| 20 | | 55 | |
| 21 | | 56 | |
| 22 | | 57 | |
| 23 | | 58 | |
| 24 | | 59 | |
| 25 | | 60 | |
| 26 | | 61 | |
| 27 | | 62 | |
| 28 | | 63 | |
| 29 | | 64 | |
| 30 | | 65 | |
| 31 | | 66 | |
| 32 | | 67 | |
| 33 | | 68 | |
| 34 | | 69 | |
| 35 | | 70 | |

Número de inscrição

Nome do candidato

Para responder às questões de números **01** a **06**, leia o texto.

Ronald Golias

Paulista de São Carlos, filho de marceneiro, Ronald Golias fez de tudo para sobreviver: foi ajudante de alfaiate, funileiro e aqualouco, entre outros bicos. Mas nunca perdeu de vista a idéia de cumprir aquela que dizia ser sua missão: fazer humor. Sucesso primeiro no rádio e depois na televisão – em que imortalizou o espertalhão Bronco, de *A Família Trapo* –, Golias foi um dos mestres de uma comédia muito brasileira, mas que, com sua morte, fica ainda mais perto da extinção: um casamento de humor circense com *non-sense*, capaz de se adaptar igualmente bem à rapidez dos esquetes televisivos ou ao ritmo do cinema.

(Veja, 28.12.2005)

- 01.** O emprego do grau aumentativo atribuí ao adjetivo *espertalhão* a idéia de
 - (A) tamanho.
 - (B) ironia.
 - (C) intensidade.
 - (D) imoralidade.
 - (E) descaso.
- 02.** Em – ... fez de tudo *para sobreviver* ... – a oração em destaque é
 - (A) subordinada adverbial final, encerrando idéia de finalidade.
 - (B) coordenada explicativa, encerrando idéia de explicação.
 - (C) subordinada adjetiva restritiva, encerrando idéia de restrição.
 - (D) coordenada adversativa, encerrando idéia de oposição.
 - (E) subordinada adverbial consecutiva, encerrando idéia de consequência.
- 03.** No texto, há uma série de expressões após sinal de dois pontos. Todas elas representam uma
 - (A) síntese das informações precedentes.
 - (B) correção das informações precedentes.
 - (C) oposição entre as informações novas e as precedentes.
 - (D) nova informação não ligada às informações precedentes.
 - (E) explicação ou ampliação das informações precedentes.
- 04.** Considerando-se os termos – *missão*, *espertalhão*, *extinção* – o único que faz o plural de modo distinto do plural dessas palavras é
 - (A) patrão.
 - (B) solução.
 - (C) pensão.
 - (D) cidadão.
 - (E) mamão.

05. Em — ... mas que, com sua morte, FICA ainda mais perto da extinção... — a forma verbal em destaque tem como sujeito
- (A) Golias.
- (B) uma comédia muito brasileira.
- (C) um casamento de humor circense.
- (D) o espertalhão Bronco.
- (E) a televisão.

06. Assinale a alternativa em que o período reproduz adequadamente as informações do texto, conforme o sentido que nele têm.

- (A) Ronald Golias vivia de bicos, pois nunca perdeu de vista a idéia de fazer humor.
- (B) Embora vivesse de bicos, Ronald Golias nunca perdeu de vista a idéia de fazer humor.
- (C) Como Ronald Golias vivia de bicos, nunca perdeu de vista a idéia de fazer humor.
- (D) Quando vivia de bicos, Ronald Golias nunca perdia de vista a idéia de fazer humor.
- (E) Se vivesse de bicos, Ronald Golias nunca perderia de vista a idéia de fazer humor.

As questões de números 07 e 08 baseiam-se na charge, publicada em setembro de 2005, por ocasião da morte do humorista Ronald Golias.



(www.chargeonline.com.br)

07. Na fala da personagem, pode-se afirmar que o sujeito da forma verbal *deixa* é
- (A) tu, que remete à mesma pessoa chamada de Cride.
- (B) pai, que é o termo que concorda com o verbo.
- (C) eu, que é o emissor da frase.
- (D) você, ou seja, a pessoa a quem o emissor se dirige.
- (E) indeterminado, pois não há elementos na frase suficientes para determiná-lo.

08. O termo *Cride*, considerado o seu emprego na frase, deve ser classificado como

- (A) aposto.
- (B) sujeito indeterminado.
- (C) vocativo.
- (D) predicativo.
- (E) complemento verbal.

O texto a seguir é uma das muitas piadas que circulam pela Internet. Leia-o para responder às questões de números 09 a 14.

A filha entra no escritório do pai, com o marido a tiracolo, e indaga sem rodeios:

— Papai, _____ você não coloca meu marido no lugar do seu sócio que acaba de falecer?

E o pai responde de pronto:

— Olhe, filha, _____ com o pessoal da funerária! Por mim, tudo bem...

09. Considerando-se a ortografia e a flexão verbal, os espaços devem ser preenchidos, respectivamente, com

- (A) porque ... converse
- (B) por que ... conversa
- (C) porquê ... converse
- (D) por quê ... conversa
- (E) por que ... converse

10. Supondo que a filha, em vez de dirigir-se ao pai, estivesse dirigindo-se a uma alta autoridade, sua frase deveria assumir a seguinte forma:

- (A) Vossa Excelência colocarás meu marido no lugar de teu sócio que acaba de falecer?
- (B) Sua Excelência colocareis meu marido no lugar de vosso sócio que acaba de falecer?
- (C) Vossa Excelência colocará meu marido no lugar de seu sócio que acaba de falecer?
- (D) Sua Excelência colocará meu marido no lugar de seu sócio que acaba de falecer?
- (E) Vossa Excelência colocarás meu marido no lugar de vosso sócio que acaba de falecer?

11. Observe as ocorrências do termo *com*:

- *com* o marido a tiracolo;
- *com* o pessoal da funerária.

Sobre elas, é correto afirmar que

- (A) formam, nos dois casos, expressões que complementam o verbo da oração – são, pois, seus objetos.
- (B) a primeira forma uma expressão indicativa de companhia; a segunda, a expressão que complementa o verbo da oração.
- (C) formam, nos dois casos, expressões indicativas de circunstância, no caso, assunto.
- (D) a primeira forma a expressão que complementa o verbo da oração; a segunda, uma expressão adverbial indicativa de assunto.
- (E) formam, nos dois casos, expressões que qualificam o sujeito da oração em que ocorrem, sendo, pois, apostos.

12. No texto, há duas ocorrências para o substantivo *filha*. Sobre elas, é correto afirmar que

- (A) são sujeitos nas duas orações em que aparecem.
- (B) complementam o verbo das orações em que ocorrem.
- (C) são expressões usadas como *chamamento* nas duas orações.
- (D) têm funções sintáticas distintas, respectivamente, sujeito e vocativo.
- (E) constituem empregos sintáticos iguais, ou seja, objeto do verbo nas duas ocorrências.

13. Assinale a frase correta quanto à regência, de acordo com a norma culta escrita.

- (A) A filha adentra no escritório do pai e lhe encontra sarcástico.
- (B) O pai manda a filha perguntar o pessoal da funerária sobre sua dúvida.
- (C) A filha aspira o marido o cargo do sócio falecido do pai.
- (D) O marido chega com a esposa no escritório do sogro para conseguir uma vaga.
- (E) A filha vai ao escritório do pai para pedir-lhe uma vaga para o marido.

14. Assinale a alternativa correta quanto à concordância nominal e verbal, de acordo com a norma culta.

- (A) Quando entrou no escritório do pai, a filha estava meia nervosa.
- (B) Filha e pai eram tal qual dois inimigos conversando ironicamente.
- (C) A ansiosa filha entrou no escritório do irônico pai para fazer-lhe um pedido.
- (D) Pessoas nervosas e bastantes ansiosas põe o semelhante em situações embaraçosa.
- (E) Interesseiras filha e marido entraram no escritório do pai para fazer-lhe um pedido.

O texto a seguir é base para as questões de números 15 a 19.

Como a tão malbaratada palavra “ética”, muito vocábulo perde seu sentido quando envereda por trilhas falsas. “Ética” designava comportamento, ou conjunto de regras, em geral não escritas, que ditavam esse comportamento. Vivia-se a ética nos tribunais, entre parlamentares, entre países amigos ou adversários, e também nas relações cotidianas entre pessoas. O termo devia ser comum entre nós, como água e pão. Comportamentos éticos ou não éticos configuram nosso dia-a-dia na rua, na praia, no trabalho, a começar pela família – onde aprendemos alguns conceitos talvez nunca verbalizados, mas introjetados, que passam a fazer parte de nós.

(Lya Luft. *Veja*, 30.11.2005)

15. Considerando-se a primeira frase do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A conjunção *Como* estabelece entre as informações uma relação de *comparação*.
- (B) O termo *muito*, por ser advérbio, não admitiria flexão, caso *vocábulo* fosse para o plural.
- (C) Se o termo *vocábulo* fosse flexionado no plural, apenas *perde* concordaria com ele, já que *envereda* é verbo impessoal.
- (D) A pontuação no trecho está incorreta, devendo-se omitir a vírgula após “ética”, já que o termo é sujeito de *perde*.
- (E) O pronome *seu* está incorreto, pois, por englobar os termos “ética” e *vocábulo*, deveria estar flexionado no plural.

16. Assinale a frase correta quanto à regência e à crase.

- (A) A palavra ética referia-se à um conjunto de regras, em geral não escritas.
- (B) A palavra ética aludia à regras, em geral não escritas.
- (C) A palavra ética compreendia às regras, em geral não escritas.
- (D) A palavra ética abrangia à muitas regras, em geral não escritas.
- (E) A palavra ética dizia respeito às regras de comportamento.

17. Sobre a oração – *Vivia-se a ética* – é correto afirmar que
- (A) seu verbo vai para o plural se o termo *ética* for flexionado no plural.
 - (B) o sujeito da oração é inexistente.
 - (C) o termo *ética* é complemento verbal (objeto indireto) do verbo *viver*.
 - (D) o pronome *se* é considerado índice de indeterminação do sujeito.
 - (E) o verbo pode tanto ir para o plural como ficar no singular, caso o termo *ética* seja flexionado no plural.

As questões de números 18 e 19 baseiam-se na frase:

O termo devia ser comum entre nós, como água e pão.

18. Assinale a frase corretamente pontuada.
- (A) O termo, como água e pão devia ser comum entre nós.
 - (B) Entre nós, o termo como água e pão, devia ser comum.
 - (C) O termo, como água e pão, devia ser comum entre nós.
 - (D) O termo entre nós, como água e pão devia ser comum.
 - (E) Como água e pão, o termo entre nós, devia ser comum.
19. O sentido da oração seria mantido, se a forma verbal *devia* fosse substituída por
- (A) devesse.
 - (B) deveria.
 - (C) deveu.
 - (D) deverá.
 - (E) deva.

O trecho a seguir é a introdução de um texto de Jô Soares. Leia-o para responder às questões de números 20 a 24.

A verdade é que não se escreve mais como antigamente, pois naquele tempo não havia computadores e, por incrível que pareça, nem mesmo canetas esferográficas. Porém, se fôssemos registrar em papel todos os absurdos do ser humano, não sobraria sequer uma resma para os cartões de Natal.

(Jô Soares. *Veja*, 01.05.1996)

Para responder às questões de números 20 e 21, observe:

A verdade é que não *se* escreve mais como antigamente...

20. A palavra *se* deve ser analisada como
- (A) pronome reflexivo.
 - (B) conjunção indicativa de condição.
 - (C) pronome apassivador.
 - (D) índice de indeterminação do sujeito.
 - (E) pronome recíproco.

21. A oração que completa sintaticamente *A verdade é* funciona como seu
- (A) aposto.
 - (B) predicativo.
 - (C) objeto direto.
 - (D) sujeito.
 - (E) complemento nominal.

Para responder às questões de números 22 e 23, considere o trecho:

... se fôssemos registrar em papel todos os absurdos do ser humano, não sobraria sequer uma resma para os cartões de Natal.

22. No contexto, a conjunção destacada pode ser substituída por
- (A) se bem que.
 - (B) embora.
 - (C) caso.
 - (D) como.
 - (E) porque.
23. Considerando a flexão verbal, o trecho está corretamente reescrito em
- (A) ... se formos registrar em papel todos os absurdos do ser humano, não sobraria sequer uma resma para os cartões de Natal.
 - (B) ... se íamos registrar em papel todos os absurdos do ser humano, não sobraria sequer uma resma para os cartões de Natal.
 - (C) ... se iremos registrar em papel todos os absurdos do ser humano, não tem sobrado sequer uma resma para os cartões de Natal.
 - (D) ... se formos registrar em papel todos os absurdos do ser humano, não sobrar-se-á sequer uma resma para os cartões de Natal.
 - (E) ... se vamos registrar em papel todos os absurdos do ser humano, não sobrasse sequer uma resma para os cartões de Natal.

24. Assinale a frase correta quanto à concordância verbal.

- (A) Naquele tempo, não existiam computadores.
- (B) Naquele tempo, as pessoas não tinha computadores.
- (C) Naquele tempo, não se encontrava facilmente computadores.
- (D) Naquele tempo, nem haviam os computadores.
- (E) Naquele tempo, nem se ouviam falar dos computadores.

As questões de números 25 a 30 baseiam-se no texto.

Sete milhões deixam a classe média

A classe média está menor. Entre 1980 e 2000, sete milhões de pessoas que ocupavam essa faixa da sociedade perderam seus empregos e não conseguiram _____. *Em consequência*, tiveram seu poder de compra reduzido, o padrão de vida rebaixado e, assim, saíram forçadamente da classe B para passar a tomar parte na classe C. Segundo o IBGE, em 1980 os assalariados que participavam do estrato social respondiam por 31,7% da População Economicamente Ativa (PEA). Vinte anos depois, porém, essa participação caiu para 27,1%. “A perspectiva é de que o número de pessoas expulsas da classe média aumente nos próximos anos”, diz o economista Márcio Pochman, professor do Instituto de Economia da USP. “O ajuste do mercado de trabalho se deu principalmente nas profissões tipicamente de classe média, e esse ajuste continua.”

(Istoé Online, 15.03.2006. Adaptado)

25. Levando-se em conta o português na sua modalidade culta, a lacuna do texto deve ser preenchida com

- (A) recuperar-lhes
- (B) recuperá-las
- (C) recuperar-lhe
- (D) recuperar eles
- (E) recuperá-los

26. Observe as ocorrências da palavra *que*:

- I. ... sete milhões de pessoas *que* ocupavam essa faixa da sociedade perderam seus empregos...
- II. “A perspectiva é de *que* o número de pessoas expulsas da classe média aumente nos próximos anos”...

É correto afirmar que a palavra *que*

- (A) é um pronome no primeiro caso, retomando a expressão *sete milhões de pessoas* e, no segundo, uma conjunção.
- (B) é pronome nos dois casos: no primeiro retomando o termo *pessoas* e, no segundo, o termo *perspectiva*.
- (C) é conjunção nos dois casos, introduzindo orações substantivas.
- (D) é uma conjunção no primeiro caso e, no segundo, um pronome relativo retomando o termo *perspectiva*.
- (E) é conjunção explicativa nas duas ocorrências.

27. A expressão *Em consequência*, em destaque no texto, estabelece entre as informações textuais que articula uma relação de

- (A) oposição.
- (B) conclusão.
- (C) causa e efeito.
- (D) intensidade.
- (E) restrição.

28. A baixa na qualidade de vida das pessoas _____ da perda dos seus empregos. Quem _____ superar essa situação poderá ser considerado um herói.

Os espaços devem ser preenchidos, respectivamente, com as seguintes formas verbais:

- (A) advêem ... souber
- (B) advém ... saber
- (C) advêm ... saber
- (D) advém ... souber
- (E) advêem ... saber

29. Nas orações – *A classe média está menor.* – e – *... perderam seus empregos...* – os predicados definem-se pela presença de verbo

- (A) indicativo de ação nos dois casos.
- (B) indicativo de estado, no primeiro caso, e de ação, no segundo.
- (C) indicativo de estado nos dois casos.
- (D) indicativo de ação no primeiro caso, e de estado, no segundo.
- (E) de sentido ambíguo nos dois casos, o que inviabiliza a análise.

30. Em – *O ajuste do mercado de trabalho...* – pode-se considerar que

- I. A expressão *do mercado* é determinante de *ajuste*, funcionando como seu qualificador.
- II. A expressão *de trabalho* também é determinante de *ajuste*, funcionando como seu qualificador.
- III. A expressão *de trabalho* é determinante de *mercado*, funcionando como seu qualificador.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

CONHECIMENTOS CONHECIMENTOS GERAIS

31. Em novembro de 2005, Angela Merkel foi eleita chanceler, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo na história de seu país. Em janeiro de 2006, foi a vez de Michelle Bachelet, que venceu o segundo turno das eleições presidenciais e é a primeira mulher presidente de seu país. Elas assumiram o governo, respectivamente,
- (A) na Suíça e na França.
 - (B) na Alemanha e no Chile.
 - (C) na Holanda e na Suíça.
 - (D) na Alemanha e na França.
 - (E) na Holanda e no Chile.
32. A onda de violência que atingiu cidades francesas, no final de 2005, teve como estopim a morte acidental de dois adolescentes que tentavam se esconder da polícia. O governo francês chegou a decretar o estado de emergência para deter atos de vandalismo que se iniciaram nos arredores de Paris. Muitos analistas apontam que o motivo real desses distúrbios foi
- (A) a aprovação de uma lei que, embora estimule a contratação de jovens, permite sua demissão por justa causa durante os dois primeiros anos.
 - (B) o apoio da imprensa à liberdade de expressão, com a divulgação de charges publicadas na Dinamarca e consideradas ofensivas pelos muçulmanos.
 - (C) a exclusão social dos habitantes dos subúrbios das grandes cidades, onde há precárias condições de saneamento e maior desemprego e violência.
 - (D) o fracasso da política de integração social, proposta pelo governo, devido à oposição do Partido Socialista do premiê Lionel Jospin.
 - (E) a tentativa de realizar reformas nas universidades públicas, garantindo o acesso de imigrantes de origem árabe ao ensino superior.
33. Em setembro de 2005, após a renúncia do presidente da Câmara dos Deputados, foi realizada uma nova eleição para o cargo. O deputado federal Aldo Rebelo (PC do B-SP) venceu no segundo turno, derrotando o candidato
- (A) Jair Bolsonaro (PP-RJ).
 - (B) Luiz Antonio Fleury Filho (PTB-SP).
 - (C) Alceu Collares (PDT-RS).
 - (D) Ciro Nogueira (PP-PI).
 - (E) José Thomaz Nonô (PFL-AL).

34. As exportações de carne suína recuaram 40% na primeira quinzena deste mês em relação às do mesmo período de fevereiro. As demais carnes – de frango e bovina – também seguem tendência de queda.

Os estoques crescem e os armazéns especiais para estocagem já não têm mais espaço.(...) Essa redução nas exportações das três carnes provoca forte disputa pelo consumidor interno. Ganha o frango, que já é comercializado por menos de R\$ 1 por quilo, no varejo.

(Mauro Zafalon, Folha de S.Paulo, 30.03.2006)

No caso do frango, essa tendência nas exportações brasileiras é decorrente

- (A) do temor da gripe aviária nos mercados consumidores.
 - (B) da adoção de medidas de salvaguarda pelos EUA.
 - (C) do embargo russo devido ao surto de febre aftosa.
 - (D) da forte concorrência dos produtores chineses.
 - (E) do aumento da indústria de carne de aves na África.
35. As ações do Exército nas favelas e nos morros do Rio de Janeiro, em março de 2006, tiveram por objetivo
- (A) prender os envolvidos em contrabando de armas na Tríplice Fronteira.
 - (B) apreender material eletrônico contrabandeado da China.
 - (C) identificar os autores de roubos a turistas estrangeiros durante o carnaval.
 - (D) encontrar e recuperar fuzis roubados de um quartel.
 - (E) reprimir o tráfico de drogas, atendendo a pedido do governo estadual.

MATEMÁTICA

36. Certo plano de saúde emite boletos para pagamento bancário com as seguintes condições:

Pagamento até o vencimento: **x**

Pagamento após a data de vencimento:

x + juros + multa

Um conveniado desse plano de saúde pagaria R\$ 1.198,00 se tivesse feito o pagamento até o vencimento. Porém, houve alguns dias de atraso, o que acarretou uma multa de 10% e juros de R\$ 0,60 por dia de atraso. Como ele pagou um acréscimo de R\$ 124,00, o total de dias em atraso foi igual a

- (A) 3.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 6.
- (E) 7.

37. Na maquete de uma praça pública construída na escala 1:75, o edifício da prefeitura, de 13,5 m de altura, está representado com uma altura de

- (A) 16 cm.
- (B) 18 cm.
- (C) 20 cm.
- (D) 22 cm.
- (E) 24 cm.

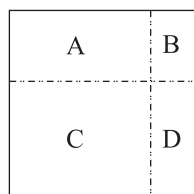
38. Numa fazenda há ovelhas e avestruzes, totalizando 90 cabeças e 260 patas. Comparando-se o número de avestruzes com o das ovelhas, pode-se afirmar que há

- (A) igual número de ovelhas e de avestruzes.
- (B) dez cabeças a mais de ovelhas.
- (C) dez cabeças a mais de avestruzes.
- (D) oito cabeças a mais de ovelhas.
- (E) oito cabeças a mais de avestruzes.

39. Numa grande obra de aterramento, no dia de ontem, foram gastas 8 horas para descarregar 160 m^3 de terra de 20 caminhões. Hoje, ainda restam 125 m^3 de terra para serem descarregados no local. Considerando que o trabalho deverá ser feito em apenas 5 horas de trabalho, e mantida a mesma produtividade de ontem, hoje será necessário um número de caminhões igual a

- (A) 25.
- (B) 23.
- (C) 20.
- (D) 18.
- (E) 15.

40. Na figura há um quadrado de lado desconhecido, subdividido em quatro retângulos identificados, sendo que no menor deles as dimensões são 3 m por 4 m.



(figura fora de escala)

Sabendo-se que a área do maior retângulo é a metade da área do quadrado, as dimensões do retângulo C são:

- (A) 5 m por 6 m.
- (B) 6 m por 7 m.
- (C) 7 m por 8 m.
- (D) 8 m por 9 m.
- (E) 9 m por 10 m.

DIREITO DIREITO PENAL

41. Com relação ao crime de uso de documento falso, é correto afirmar que

- (A) pratica o crime aquele que sabe estar usando documento em que consta firma falsamente reconhecida.
- (B) responde pelas mesmas penas do crime em questão aquele que destrói, suprime, ou oculta, em benefício próprio, de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro de que não se podia dispor.
- (C) caso o documento falsificado seja público, a pena será aplicada em dobro.
- (D) não será julgada criminoso a conduta daquele que usar atestado médico falso, pois esse tipo de documento não se encontra incluído no conceito dos papéis falsificados ou alterados previstos no art. 304 do Código Penal.
- (E) se trata de crime cuja conduta do agente consiste exclusivamente no uso de papéis falsificados.

42. “X”, funcionário público, recebe indevidamente dinheiro da vítima que o supunha encarregado do recebimento de impostos atrasados. “X”, em tese,

- (A) não praticou delito algum.
- (B) praticou o crime de peculato culposo.
- (C) praticou o crime de peculato mediante erro de outrem.
- (D) praticou o crime de excesso de exação.
- (E) praticou o crime de inserção de dados falsos em sistema de informações.

43. Leia as afirmações relacionadas ao crime de exploração de prestígio.

- I. É crime que não exige do sujeito que o pratica qualquer qualidade especial.
- II. Os delegados de polícia, assim como os promotores de justiça, podem ser influenciados pelo explorador de prestígio.
- III. Comina-se à exploração de prestígio diminuição de pena se o agente, ao praticar o delito, alegar que o dinheiro será destinado a qualquer das pessoas referidas no tipo penal.

Está correto o contido em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

44. O advogado “X”, por mera negligência, esqueceu-se de restituir os autos de um processo que retirou junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo. É correto dizer que “X”
- (A) cometeu o crime de desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito.
 - (B) cometeu crime de sonegação de papel ou objeto de valor probatório.
 - (C) cometeu crime de desobediência.
 - (D) cometeu crime de resistência.
 - (E) não cometeu crime algum.
45. A conduta de opor-se mediante violência ou ameaça à execução de ordem legal advinda de funcionário competente tipifica o crime de
- (A) desobediência.
 - (B) desacato.
 - (C) fraude processual.
 - (D) resistência.
 - (E) exercício arbitrário das próprias razões.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

46. Caso o acusado citado por edital não compareça aos atos do processo nem constitua defensor,
- (A) ficará suspenso o processo, mas continuará fluindo o prazo prescricional, podendo ser decretada a prisão preventiva.
 - (B) deverá ser decretada a revelia do acusado, tramitando o processo na sua ausência e, se for o caso, decretada a prisão preventiva.
 - (C) deverá ser decretada a prisão preventiva e a suspensão do curso do prazo prescricional.
 - (D) ser-lhe-ão nomeados defensor dativo e curador, que acompanharão, até o trânsito em julgado, o trâmite do processo durante a ausência.
 - (E) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser determinada a produção das provas urgentes.
47. Nas ações penais de iniciativa privada, esgotado o prazo para requerimento de diligências cuja necessidade ou conveniência se origine de circunstâncias ou de fatos apurados durante a instrução, nos termos do artigo 500 do Código de Processo Penal, será aberta vista dos autos para alegações, sucessivamente,
- (A) ao querelado, ao querelante e ao Ministério Público.
 - (B) ao Ministério Público, ao advogado do querelante e ao querelado.
 - (C) ao Ministério Público, ao querelado e ao querelante.
 - (D) ao querelante, ao Ministério Público e ao defensor do réu.
 - (E) ao querelante, ao defensor do réu e ao Ministério Público.

48. Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro. Se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível. As duas afirmações que se fizeram são regras oriundas do princípio processual
- (A) da fungibilidade.
 - (B) do contraditório.
 - (C) do estado de inocência.
 - (D) da publicidade.
 - (E) da indisponibilidade.
49. O Código de Processo Penal admite, expressamente, o recurso em sentido estrito da decisão, despacho ou sentença que
- (A) decretar a revelia do acusado.
 - (B) receber a denúncia ou a queixa.
 - (C) não receber a denúncia ou a queixa.
 - (D) julgar procedente a exceção de suspeição.
 - (E) converter a pena de detenção em multa.
50. A Lei n.º 9.099/95, que instituiu os Juizados Especiais Criminais, determina, com relação aos atos processuais, que
- (A) sua prática em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação, exceto por correspondência eletrônica.
 - (B) atendidos os critérios estabelecidos em lei, serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados.
 - (C) não é necessário tenha havido prejuízo para que se pronuncie nulidade.
 - (D) os considerados essenciais serão gravados em fita magnética ou equivalente, dispensadas as notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas.
 - (E) não poderão ser realizados em horário noturno.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. Assinale a alternativa correta.
- (A) Os atos e termos processuais dependem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a dispensar.
 - (B) Correm em segredo de justiça os processos que dizem respeito a casamento, filiação, alimentos e guarda de menores.
 - (C) Nem todos os atos e termos do processo exigem obrigatoriamente o uso do vernáculo.
 - (D) Não poderá ser juntado aos autos documento redigido em língua estrangeira, mesmo que traduzido por tradutor juramentado.
 - (E) Mesmo que terceiro demonstre interesse jurídico, não poderá ter acesso à certidão do dispositivo da sentença que julgar ação de separação de cônjuges.

52. Leia os itens a seguir.

- I. Ao receber a petição inicial, o escrivão a autuará, mencionando o juízo, a natureza do feito, o número de seu registro, os nomes das partes e a data do seu início.
- II. O escrivão numerará e rubricará todas as folhas dos autos, procedendo da mesma forma quanto aos suplementares.
- III. É vedado às partes, aos peritos e às testemunhas rubricar as folhas correspondentes aos atos em que intervieram.
- IV. Os termos de juntada, de vista, de conclusão e outros semelhantes constarão de notas datadas e rubricadas pelo escrivão.

Estão corretos apenas

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

53. Quanto ao tempo dos atos processuais, pode-se afirmar:

- (A) Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 6 às 20 horas.
- (B) O juiz não poderá autorizar que a citação e a penhora se realizem em domingos e feriados.
- (C) O prazo para resposta do réu só começará a correr no terceiro dia útil seguinte ao feriado ou férias.
- (D) Sábado, domingo e dias declarados por lei são considerados feriados.
- (E) É vedada a produção antecipada de provas durante as férias ou feriados.

54. Com relação à citação, é correto afirmar:

- (A) Sua falta não é suprida pelo comparecimento espontâneo do réu.
- (B) Estando o réu ausente, será feita na pessoa de seu mandatário quando a ação se originar de ato por este praticado.
- (C) Não se fará, salvo para evitar perecimento de direito, aos noivos, nos 30 primeiros dias de bodas.
- (D) Quando ordenada por juiz incompetente, não constitui em mora o devedor, nem interrompe a prescrição.
- (E) Será feita pelo correio, nas ações de estado, quando for ré pessoa incapaz ou pessoa de direito público.

55. Leia os itens acerca do procedimento sumário.

- I. Deve ser observado nas causas de cobrança ao condômino, independentemente da quantia devida ao condomínio.
- II. Não admite a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.
- III. Permite ao réu formular, na contestação, pedido a seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.
- IV. A petição inicial deve vir acompanhada de rol de testemunhas e, se requerida perícia, também dos quesitos da indicação de assistente técnico.

Estão corretos apenas

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL

56. O direito de petição

- (A) depende do pagamento de taxas.
- (B) é exercido para a defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) não pode ser exercido em face do Poder Executivo.
- (D) foi abolido com a Constituição de 1988.
- (E) não é assegurado aos estrangeiros, ainda que residentes no Brasil.

57. A Constituição brasileira em vigor admite a

- (A) pena de morte, desde que criada por lei complementar federal.
- (B) restrição, por lei, da publicidade dos atos processuais, quando a defesa da intimidade o exigir.
- (C) pena de trabalhos forçados para aqueles condenados por crimes hediondos.
- (D) extradição do brasileiro nato, por crime político ou de opinião.
- (E) prisão civil por dívida, ressalvado o caso do depositário infiel.

58. O *habeas data* destina-se à

- (A) retificação de dados constantes de registros de entidades governamentais.
- (B) ampliação subjetiva dos registros individuais constantes de bancos de dados privados.
- (C) participação política do cidadão, significando o direito de ser ouvido em órgãos públicos de seu interesse, em data a ser previamente fixada.
- (D) realização de vistorias nas entidades que prestem serviços públicos.
- (E) tutela da liberdade de reunião.

59. Não podem alistar-se como eleitores os

- (A) menores de 18 anos.
- (B) analfabetos.
- (C) maiores de 70 anos.
- (D) brasileiros naturalizados.
- (E) conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.

60. O servidor público

- (A) poderá acumular até três cargos públicos remunerados, desde que haja compatibilidade de horários ou turnos e tenha realizado os respectivos concursos públicos.
- (B) que praticar ato de improbidade poderá perder a função pública, mas não poderá ter suspensos seus direitos políticos por esse motivo.
- (C) tem garantidos, constitucionalmente, o direito de greve, nos termos e nos limites a serem definidos em lei específica, e o direito à livre associação sindical.
- (D) do Poder Judiciário não poderá ter vencimentos inferiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- (E) deve observar, quanto aos atos que pratica, os princípios da pessoalidade e do sigilo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

61. Consoante o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, poderá ser aplicada a pena de

- (A) demissão, nos casos de indisciplina.
- (B) multa e de repreensão, nos casos de procedimento irregular de natureza grave.
- (C) suspensão, por até 120 dias, no caso de aplicação indevida de dinheiro público.
- (D) suspensão, por até 180 dias, no caso de reincidência na ausência ao serviço, por mais de 60 dias durante um ano, sem causa justificável.
- (E) demissão nos casos de ineficiência no serviço.

62. Determina o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo que será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que

- (A) praticar ato definido como crime ou contravenção.
- (B) durante o serviço, ainda que por ato de legítima defesa, ofender fisicamente outros funcionários.
- (C) pedir ou receber empréstimo de instituição financeira oficial.
- (D) exercer a advocacia administrativa.
- (E) participar de manifestações públicas.

63. O acusado em processo administrativo, consoante o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo,

- (A) deverá ser citado pelo menos 10 dias antes da data fixada para o interrogatório.
- (B) caso se apresente sem advogado próprio constituído, será considerado réu revel.
- (C) não sendo encontrado para citação no endereço constante de seu assentamento individual, terá imediatamente decretado o abandono de cargo.
- (D) não tem assegurada a ampla defesa, que só se defere no processo judicial posterior.
- (E) deverá ser citado, devendo o mandado de citação conter, dentre outros elementos, a data do interrogatório e a data da oitiva do denunciante, se houver.

64. Quanto ao processo por abandono do cargo ou por inassiduidade, é correto afirmar, nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, que

- (A) se extingue o processo instaurado exclusivamente para apurar abandono de cargo se o indiciado pedir exoneração até a data designada para interrogatório, ou por ocasião deste.
- (B) será instaurado processo, no caso de inassiduidade, ainda que o servidor tenha pedido exoneração.
- (C) a defesa somente poderá versar sobre força maior ou coação absoluta.
- (D) verificada a ocorrência do abandono de cargo, o superior imediato poderá, a seu critério, determinar a citação do servidor ou arquivar eventual denúncia.
- (E) a acusação não poderá ter sido feita por funcionário pertencente ao mesmo departamento ou setor do acusado.

65. Na apuração de infração cometida por funcionário público civil do Estado de São Paulo,
- (A) realizada por meio de sindicância, não está assegurado o contraditório.
 - (B) a autoridade deverá realizar apuração preliminar, de natureza simplesmente investigativa, com direito ao contraditório.
 - (C) o processo administrativo deverá ser concluído no prazo de 10 dias, contados da data em que ocorreu a citação do acusado.
 - (D) quando se tratar de falta disciplinar que, por sua natureza, possa determinar a pena de demissão ou de cassação de aposentadoria, será obrigatório o processo administrativo.
 - (E) a sindicância deverá ser concluída no prazo de 15 dias.

NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

66. De acordo com dispositivo expresso das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, as certidões em breve relatório ou de inteiro teor serão expedidas
- (A) no prazo de 10 dias, contados do recebimento do respectivo pedido, em cartório.
 - (B) no prazo concedido pelo Presidente do Tribunal de Justiça, mediante requerimento da parte.
 - (C) no prazo requerido pela parte, contado da data do recebimento do pedido, em cartório.
 - (D) no prazo de 5 dias, contados da data do recebimento em cartório do respectivo pedido.
 - (E) independentemente de prazo, obedecida a ordem cronológica de datas de recebimento, de idênticos pedidos, em cartório.
67. As execuções fiscais estaduais e municipais e das respectivas entidades autárquicas ou paraestatais, nos exatos termos das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, serão processadas na Comarca da Capital
- (A) pelo Ofício de Execuções Fiscais e nas demais comarcas tais execuções e ainda as de interesse da União, bem como de suas entidades autárquicas e paraestatais, serão processadas pelo Ofício de Justiça ou Serviço Anexo Fiscal autorizado pelo Conselho Superior da Magistratura.
 - (B) e nas demais comarcas e ainda as execuções de interesse da União, bem como de entidades autárquicas e paraestatais serão processadas pelo Serviço de Anexo Fiscal sem necessidade de autorização do Conselho Superior da Magistratura.
 - (C) pelo Ofício Cível e nas demais comarcas tais execuções e ainda as de interesse da União, bem como de autarquias e de fundações serão processadas no Serviço de Anexo Fiscal criado pelo juízo de primeiro grau, independentemente de autorização do Conselho Superior da Magistratura.
 - (D) e em todas as demais comarcas, de forma idêntica, em órgão criado pela Corregedoria Geral da Justiça, mediante autorização do Conselho Superior da Magistratura.
 - (E) e em todas as demais comarcas as execuções serão processadas ou pelo Ofício Cível ou Criminal, independentemente da autorização do Conselho Superior da Magistratura.

68. Na hipótese de os processos correrem em segredo de justiça, de acordo com o disposto nas Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o seu exame em cartório será restrito

- (A) aos procuradores das partes e aos procuradores de outros interessados no desfecho do processo, ainda que não sejam partes nesse processo.
- (B) aos advogados em geral, desde que tenham inscrição regular na respectiva Seção da Ordem dos Advogados do Estado de São Paulo.
- (C) às partes e a seus procuradores.
- (D) ao advogado a quem o Presidente do Tribunal de Justiça autorizar a vista em Cartório, ainda que não seja procurador de alguma das partes.
- (E) às partes, somente.

69. Nos termos do que está consignado expressamente nas Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, os documentos desentranhados dos autos poderão ser substituídos por

- (A) cópias simples.
- (B) cópias autenticadas, apenas.
- (C) cópias simples, mediante autorização expressa do Corregedor Geral da Justiça.
- (D) certidões autenticadas, apenas.
- (E) certidões, apenas, desde que requeridas pela parte e autorizadas pelo Diretor do Fórum.

70. De acordo com disposição expressa das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não serão feitas cargas de novos mandados aos oficiais de justiça nos

- (A) 5 dias antecedentes às suas férias marcadas na escala.
- (B) 10 dias antecedentes às suas férias marcadas na escala.
- (C) 30 dias antecedentes às suas férias, independentemente de afixação prévia em escala.
- (D) 7 dias antecedentes às suas férias, independentemente de afixação prévia em escala.
- (E) 15 dias antecedentes às suas férias marcadas na escala.